



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0137906-46.2020.6.05.8000
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DO INTERIOR
INTERESSADO : BRASIL-UC TECNOLOGIA I. S. LTDA.
MIDAS INFORMÁTICA E PRODUTOS EIRELI
ASSUNTO : Recurso - Pregão nº 57/2020

Parecer nº 17 / 2021 - PRE/DG/ASJUR1

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica o recurso interposto pela empresa BRASIL-UC TECNOLOGIA I. S. LTDA., a qual se insurge contra a classificação da empresa MIDAS INFORMÁTICA E PRODUTOS EIRELI para o item 1 do Pregão Eletrônico nº 57/2020.

2. A Recorrente alega, em síntese, que a Recorrida, ao declarar que o produto ofertado atende ao Processo Produtivo Básico (PPB) e possui tecnologia desenvolvida no país (TP), teria sido beneficiada pelo direito de preferência (*“o sistema manteve sua oferta à frente de outras propostas cujo valor não se distanciou mais de 10% do valor que ofertou”*), sem, contudo, comprovar o atendimento ao requisito concernente à tecnologia nacional[1]. Aduz que eventual apresentação de documentação neste momento seria intempestiva (doc. nº 1359944).

3. Em seu relatório (doc. nº 1363485), o Pregoeiro esclarece que, apesar de informar o final do prazo para manifestação da intenção de recurso às 16:10 do dia 16/12/2020, precisou suspender administrativamente a sessão para incluir os prazos de apresentação de razões e contrarrazões após o recesso forense (20/12 a 06/01), pois o sistema não admite que o interstício supere 15 (quinze) dias. Assim, no dia 07/01/2021, foram registradas as datas de 12/01 e 15/01 para o exercício do direito.

3.1. Noticia-se que a BRASIL-UC deixou de observar o regramento do art. 44 da Lei nº 10024/2019 e a condição 12.5 do Edital, encaminhando a peça recursal por e-mail, razão suficiente para obstar a análise do recurso. No entanto, em face do princípio da autotutela e para evitar questionamentos quanto à regularidade do processo licitatório, o Pregoeiro apreciou a argumentação da empresa, rechaçando as conclusões da Recorrente e mantendo a classificação da proposta ofertada pela MIDAS INFORMÁTICA E PRODUTOS EIRELI.

3.1.1. De início, o Pregoeiro ressaltou que a licitante vencedora não se beneficiou dos critérios de desempate previstos no art. 5º do Decreto nº 7.174/2010, o que pode ser demonstrado pela seguinte mensagem constante no histórico do Item 1 da Ata Complementar do certame (doc. nº 1358710): “Não existem lances de desempate 7174 para o item”.

3.1.2. Ainda que a empresa tivesse exercido o direito de preferência, sua proposta seria válida, haja vista que a confirmação da certificação do Processo Produtivo Básico e da Tecnologia no País dar-se-á através de consulta ao endereço eletrônico do Ministério da Ciência e Tecnologia, providência que pode ser adotada pelo próprio Pregoeiro, conforme disciplina a condição 11.7 do instrumento convocatório. Consoante doc. nº 1363395, o bem ofertado pela Recorrida – Estabilizador de tensão microprocessado, marca RAGTECH (RGT ELETRÔNICA EIRELI), modelo SIDE LASER – atende aos mencionados requisitos.

É o relatório.

4. Corroboramos, *in totum*, com a manifestação do Pregoeiro. Não há que se falar em comprovação de atendimento ao Processo Produtivo Básico e à utilização de tecnologia nacional na

confeção do bem ofertado se a licitante, apesar de declarar o cumprimento dessas condições, não auferiu vantagem com o fato.

5. Vejamos as regras do Edital (doc. nº 1282453) sobre o tema:

“8.5. Após o desempate das ME/EPP (licitação não exclusiva) ou após o final da etapa de lances (licitação exclusiva), **o sistema eletrônico reclassificará as licitantes que apresentaram a declaração citada na condição 8.7**, observada a seguinte ordem de classificação:

1º - TECNOLOGIA NO PAÍS + PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO;

2º - TECNOLOGIA NO PAÍS;

3º - PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO.

8.6. Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, regulado pelo art. 5º, do Decreto nº 7.174/2010, aos fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

I) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o

Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo

Federal.

8.7. Para o exercício do direito de preferência (condição 8.6), os fornecedores dos bens de informática e automação deverão declarar, sob as penas da lei, que atendem aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 5º, do Decreto 7174/2010 (condição 8.6, I, II e III).

8.8. O exercício do direito de preferência disciplinado na condição 8.6, **será concedido automaticamente pelo sistema eletrônico**, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

a) aplicação das regras de preferência previstas na condição 8.6, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a posterior comprovação e o exercício do direito de preferência;

b) convocação das licitantes classificadas que estejam enquadradas no inciso I da condição 8.6 (bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico - PPB -, na forma definida pelo Poder Executivo Federal), na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarada vencedora do certame;

c) caso a preferência não seja exercida na forma da alínea “b”, por qualquer motivo, serão convocadas as licitantes classificadas, na forma da alínea “a”, que estejam enquadradas no inciso II da condição 8.6 (bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País), na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma

regra para o inciso III da condição 8.6, caso esse direito não seja exercido.

8.9. No caso de empate de preços entre licitantes que se encontrem na mesma ordem de classificação, proceder-se-á ao sorteio para escolha do que primeiro poderá ofertar nova proposta.

8.10. O sorteio será feito, automaticamente, pelo sistema.

8.11. Todas as licitantes deverão permanecer logadas para acompanhar a convocação, pelo próprio Sistema Eletrônico, da proposta melhor classificada cujo valor para o item esteja situado no intervalo percentual previsto na alínea “a” da condição 8.8, ou seja, até 10% (dez por cento) da melhor proposta válida.

8.12. O sistema eletrônico fixará no Chat o horário limite para o envio, pela licitante convocada, de nova proposta que contemple valor igual ou inferior à da licitante que apresentou originalmente o melhor lance, sob pena de preclusão do seu direito de preferência e consequente convocação da próxima classificada que atenda aos requisitos de preferência, se houver.

8.13. **Na hipótese de apresentação de nova proposta**, a licitante encaminhará, por meio eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, a comprovação de que atende aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III da condição 8.6 (regras de preferência).

8.14. A comprovação do atendimento ao PPB ou aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

8.15. A comprovação/certificação será feita:

I – por Portaria de Habilitação expedida para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para a hipótese de comprovação de atendimento ao Processo Produtivo Básico – PPB; ou

II – por Portaria expedida para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para a hipótese de comprovação da condição de Bens com Tecnologia Desenvolvida no País ou reconhecimento de Bens Desenvolvidos no País;

8.16. A veracidade acerca das informações constantes das Portarias apresentadas pelas licitantes será verificada mediante consulta ao sítio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

8.17. Não serão aceitos como meio de comprovação documentos e/ou declarações emitidos pela própria licitante ou pelo fabricante.

8.18. Na hipótese em que nenhuma das licitantes comprove o preenchimento dos requisitos elencados na condição 8.6, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico, sem prejuízo das sanções cabíveis em razão do registro de declaração falsa.”

5.1. A leitura do instrumento convocatório não deixa margem para dúvidas: o envio de qualquer documentação somente é exigido na hipótese de apresentação de nova proposta, o que não ocorreu na hipótese em tela. As Atas do Pregão (docs. n.ºs. 1319113 e 1358710) atestam a ausência de lances de desempate.

5.2. Convém ressaltar que o Pregoeiro não intervém no procedimento: a identificação das licitantes que apresentaram a declaração referente ao Decreto nº 7.174/2010, a reclassificação e a convocação para a oferta de lance igual ou inferior à melhor proposta é executada de forma automática pelo sistema.

6. De toda sorte, como destacado pelo Pregoeiro, o estabilizador ofertado pela MIDAS INFORMÁTICA E PRODUTOS EIRELI atende ao PPB e à TP (doc. nº 1363395). O prazo de 02 (duas) horas para encaminhamento da documentação sequer foi iniciado, uma vez que, de acordo com as prescrições da condição 8.13 do Edital, a empresa deve ser instada pelo Pregoeiro, via *chat*, a fazê-lo. Ademais, a veracidade das informações deve ser confirmada pela autoridade (condição 8.16), o que equivale à obtenção *ex officio* das comprovações.

7. Por tudo quanto exposto, opinamos pela manutenção da classificação da Recorrida.

8. Por fim, impende pontuar que a ausência de publicidade do recurso no sistema Comprasnet, que inviabilizou a apresentação de contrarrrazões, não gerou prejuízo à licitante.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

[1] De acordo com a petição, “o modelo SIDELASER é citado, na página 2, entre os produtos e modelos habilitados à fruição dos benefícios fiscais da Lei de Informática (comprovação PPB), mas, diferente de outros modelos da mesa fabricante, este SIDELASER não é citado na Portaria apresentada (PORTARIA Nº 730, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 185)”.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Caleffi, Assessor Substituto**, em 25/01/2021, às 19:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1365258** e o código CRC **1BF59DDC**.